

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

3







ficha técnica

Título | Serial title

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº13, dezembro de 2018

Edição | Publisher

publicações Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
publicacoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Conselho Editorial | Editorial

Editor-in-Chief:

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Cerveira Pinto (Mestre Assistente na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Comissão Científica | Scientific Advisory Board

Antonella Violano (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"
della Seconda Università degli Studi di Napoli)

Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Clovis Ultramari (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento
do Ambiente Urbano FAUP/FEUP)

João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Luís Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Miguel Branco Teixeira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Paulo Castro Seixas (Professor Associado no ISCSP - Universidade de Lisboa)

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture
and Urban Planning of Riga Technical University)

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade de
Arquitetura da Universidade do Porto)

Design

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

A Paisagem rural: património a valorizar

The rural landscape: an heritage to appreciate

Andreia V. Quintas

Professor Auxiliar da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
LEP – FCT, Universidade Fernando Pessoa
avquintas@ufp.edu.pt

RESUMO

As paisagens rurais constituem entidades únicas que possuem um carácter e dinâmicas específicas, baseadas numa íntima interação do homem com a natureza, na sua utilização dos recursos naturais disponíveis. Compõem locais patrimoniais de elevado interesse, ao desempenharem serviços de ecossistemas de índole produtiva, regulatória, cultural e de suporte, dos quais o homem depende para a sua sobrevivência.

Contudo, nas últimas décadas, o mundo rural tem experienciado fortes transformações, cada vez mais rápidas e intensas, que se evidenciam tanto a nível estrutural como das suas funções de base.

Face às novas dinâmicas impostas pela evolução ocorrida, torna-se fundamental a implementação de estratégias de promoção e revitalização da paisagem rural, sem, no entanto, perder a sua essência. Este artigo pretende evidenciar alguns conceitos e ideias a considerar na valorização das paisagens rurais, protegendo, de forma sustentável, este valioso património.

Palavras-chave

Paisagem rural, Serviços de ecossistemas, Reabilitação territorial, Multifuncionalidade da paisagem, Património.

ABSTRACT

Rural landscapes are unique entities characterized by a specific character and dynamics, based on an intimate interaction between man and nature, in their use of the available natural resources. They form patrimonial sites of high interest, by providing ecosystem services of productive, regulatory, cultural and supportive nature, on which man depends for his survival.

However, in the last decades, the rural world has undergone strong transformations, increasingly fast and intense, demonstrated both at structural level, but also in its basic functions.

Considering the new dynamics imposed by the evolution that has been taken place, it is essential to implement strategies to promote and revitalize the rural landscape, without losing its essence. This article aims to highlight some concepts and ideas to reflect in the valuation of rural landscapes, protecting, in a sustainable way, this valuable heritage.

Keywords

Rural landscape, Ecosystem services, Territorial rehabilitation, Landscape multifunctionality, Heritage.

1. DA PAISAGEM À PAISAGEM RURAL

De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem (2000), uma paisagem pode ser definida como “*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos*”. As paisagens exprimem-se pelos fatores que encerram, que podem ser naturais (integrando elementos de água, um relevo mais ou menos acidentado, espécies de fauna e flora, etc.) ou antrópicos (tais como edifícios e redes de infraestruturas), e o modo em como estes fatores se relacionam entre si, resultando num “produto” que podemos ver, compreender e mesmo vivenciar, e que é expresso por um carácter muito singular. As paisagens constituem, assim, entidades que se caracterizam por um carácter e dinâmicas específicas, encontrando-se em constante evolução.

De um modo geral, podemos dizer que as paisagens podem ser urbanas ou rurais, em que as primeiras se destacam pela dominância dos elementos construídos, sendo áreas mais impermeabilizadas e edificadas, enquanto as paisagens rurais se exprimem pela primazia dos seus elementos naturais, caracterizando-se por uma forte relação entre as atividades humanas e os recursos endógenos, onde homem e natureza geram relações de interdependência.

A dualidade entre paisagens urbanas e rurais, assim como o seu modo de interação, têm sofrido várias alterações ao longo do tempo. Desde a Revolução Industrial, as cidades têm-se mostrado bastante atrativas para a população, que partia das áreas mais rurais em busca de maior qualidade de vida, possibilitada por melhores oportunidades de emprego, disponibilidade de serviços e equipamentos, maior conectividade e acesso. Dos vários fenómenos migratórios ocorridos, nem sempre resultaram melhorias socioeconómicas para quem buscava uma melhoria de vida. Com o rápido crescimento populacional, nas cidades, geram-se sérios problemas sociais e ambientais, em oposição a um esvaziamento das áreas rurais e um abandono das atividades que sustentavam estas paisagens.

Dados da Urbanet indicam que, em 2015, quase 4 biliões de pessoas habitavam as áreas urbanas, representando cerca de 54% da população mundial, sendo expectável que este

número evolua para 66% no ano 2050. Também na Europa verifica-se que mais de dois terços da população reside em áreas urbanas, com Portugal a seguir a mesma tendência demográfica, denotando “*uma contínua e intensa atração pelos territórios urbanos, em particular os metropolitanos e costeiros*” [Cavaco, 2015, pp. 4], onde mais de metade da população habita a faixa costeira.

Nas últimas décadas o processo de urbanização na Europa tem vindo a transformar a relação entre as paisagens urbanas e rurais. Apesar desta dualidade, as constantes dinâmicas ocorridas entre o mundo urbano e rural e o encurtamento das distâncias provocadas pela infraestruturização viária e um sistema de comunicação mais eficiente, decresceram as discrepâncias existentes entre estes dois tipos de paisagem.

Cada vez mais recorrentemente, gera-se um genuíno interesse das pessoas pelas áreas rurais, na procura de um maior contacto com a natureza, num local onde a autenticidade, cultura e tradição ainda perduram. As paisagens rurais têm-se tornado mais atrativas para visitaçã, mas também para permanência, consideradas por muitos como lares de eleição. O ambiente inspirador, reflexo do contacto com a natureza, o sossego, o ar limpo e a água pura tornam-se fatores que levam a população a dirigir-se às áreas rurais na procura de uma maior qualidade de vida que já não encontra nas cidades.

2. ESTRUTURA E DINÂMICA DAS PAISAGENS RURAIS: DA TRADIÇÃO À ATUALIDADE

Tradicionalmente, as paisagens rurais pautavam-se pelo predomínio das atividades agrícola e silvícola, ocorrendo uma gestão sustentável da água e solo, num sistema bem definido e organizado, que refletia uma política de aproveitamento e reutilização de recursos. Estes Sistemas Tradicionais de Gestão da Paisagem baseavam-se em ciclos de reciclagem e de reutilização de produtos, numa relação simbiótica do homem na sua utilização dos recursos naturais nas práticas agrícola, florestal e pecuária.

As áreas rurais possuíam uma organização própria, com os povoados geralmente localizados a meia encosta, rodeados

pelas áreas agrícolas, que ocupavam as zonas mais férteis, na proximidade dos cursos de água. Na envolvente, encontravam-se as matas, bouças ou florestas, destinadas às atividades silvícolas. Este sistema agroflorestal constituía um sistema semifechado, onde agricultura e floresta funcionavam de forma complementar, num ciclo eficiente, tanto a nível ecológico como económico, onde os produtos eram usados e transformados como matéria-prima para outras utilizações. Este modelo de organização do território rural apresenta diversas variantes, dependendo da região, das suas características ambientais e dos recursos naturais disponíveis, assim como o modo de apropriação e utilização pelo homem.

Um exemplo de sistema agroflorestal tradicional da paisagem rural do Entre Douro e Minho é o sistema campo-bouça,

“que se caracteriza pelo peculiar ordenamento espacial das forragens (no campo bordado de fruteiras) e espécies florestais (na bouça), as quais com o gado bovino formam um mosaico reticulado de habitats essenciais para a proteção do vento, ciclo do carbono, bem-estar animal, diminuição dos riscos de incêndios e preservação da biodiversidade, sendo um sistema muito equilibrado do ponto de vista produtivo e ecológico” (Oliveira, et. al, 2007, pp 102).

O campo constituía a área destinada às culturas agrícolas, tendo como principal papel a produção de alimentos para o homem e para os animais domésticos, mas também a produção de fibras para o fabrico de têxteis. Esta zona era também utilizada pelos animais, como pastagem, os quais exerciam diversas funções, desde cortar a vegetação, produzir fertilizante, auxiliar nos trabalhos com a força motora e também na produção de matérias para o homem (lã para as roupas, carne e leite). A vegetação existente no campo, por sua vez, exercia também um conjunto de funções, a nível social e ambiental, tais como disponibilização de nutrientes (como o nitrogénio), sombra, proteção do solo contra a erosão, etc..

A bouça (ou mata) constituía a área destinada à exploração florestal, sendo usada principalmente na produção de madeira, mas gerando também outros produtos, como resina, cogumelos e pinhões, e o mato (utilizado para a cama dos animais, para incorporação nos terrenos agrícolas, e produção de energia). A mata providenciava também abrigo

e alimento para os animais silvestres, servindo de cenário para as atividades cinegéticas.

O edificado refletia também os recursos territoriais existentes, tanto nos materiais (pedra, madeira, etc.), como nas técnicas construtivas, encontrando-se o aglomerado estruturado de acordo com as características biofísicas do local onde se implantava.

As paisagens rurais encontram-se a atravessar um processo de mudança rápido e complexo, como reflexo das dinâmicas demográficas, modernização dos estilos de vida e pelos sistemas económicos “arcaicos” (Pereira e Pedrosa, 2007). Com este processo evolutivo, o mundo rural tem experienciado fortes transformações que se evidenciam tanto a nível estrutural como das suas funções de base. A atratividade da vida urbana, associada à aglutinação de serviços e equipamentos nas cidades, assim como a perda de competitividade das atividades agrícola e florestal, têm conduzido a um esvaziamento populacional das áreas rurais, com um forte impacto na gestão da paisagem. Embora se venha a assistir, há já algum tempo, a uma tendência migratória de volta para o campo, com novos residentes rurais, este fenómeno é ainda bastante pontual e conduz a novas especificidades.

Estas dinâmicas evolutivas, que ocorrem tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, refletem-se no padrão da paisagem, como também nas funções desempenhadas, tornando obsoletas as práticas fundamentais que regiam os sistemas de outrora, e exigindo uma adaptação, de modo a responder a novas necessidades quotidianas. Começa a denotar-se a alteração dos sistemas de cultivo e produção, a degradação dos sistemas de paisagem tradicionais, e o abandono dos campos de cultivo, gerando zonas improdutivas e propensas a diversos riscos sociais e ambientais. A substituição dos carvalhais que compõem a floresta autóctone por espécies de rápido crescimento (como os eucaliptos) e a falta de manutenção e limpeza das florestas, tornam estas áreas mais vulneráveis à ocorrência de incêndios, à perda de biodiversidade e à degradação do potencial produtivo dos solos (e sua consequente erosão).

Perde-se também toda uma cultura rural que caracterizava estas áreas, patente no seu modo de trabalhar a terra, mas

também nos materiais e métodos de construção, adaptados ao clima e topografia do terreno, assim como os recursos disponíveis. Surgem novas formas de construir, com materiais distintos dos tradicionais e estilos baseadas nos modelos urbanos, mas que em nada pertencem ao caráter dos povoados em que se inserem, gerando conjuntos dissonantes sem o equilíbrio que os caracterizava. Mas acima de tudo, está em causa a perda de uma identidade, sabedoria milenar, vivência e tradições, que formam a base da nossa sociedade e cultura.

Face às novas dinâmicas impostas pela evolução ocorrida, torna-se premente a implementação de estratégias de promoção e revitalização da paisagem rural com uma adaptação a novas funcionalidades, novos componentes, novas necessidades e novos desafios, sem, no entanto, perder o seu caráter.

A valorização e promoção das paisagens rurais e, em particular, dos serviços de ecossistemas por estas prestados é essencial, não apenas para a conservação destas importantes áreas, mas para o equilíbrio de toda a paisagem global.

3. O PAPEL DAS PAISAGENS RURAIS NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS

As paisagens rurais assumem-se como uma componente territorial fundamental para o equilíbrio dos sistemas naturais e antrópicos, caracterizando-se por uma forte relação entre as atividades humanas e os recursos naturais, onde homem e natureza geram relações de interdependência.

Possuem um valor inigualável para a sociedade como geradores de serviços de ecossistemas, providenciando benefícios que as populações humanas obtêm, direta ou indiretamente, dos processos e funções dos sistemas naturais e ecológicos, contribuindo para o seu bem-estar e qualidade de vida (UNEP-WCMC, 2011).

Os serviços de ecossistemas podem diferenciar-se em quatro grandes grupos, verificando-se que as paisagens rurais possuem um papel preponderante em quase todos estes, ao desempenharem funções das quais o homem depende para a sua sobrevivência. De acordo com Maes, et al. (2016: 16),

“os benefícios gerados pelos serviços de ecossistemas abrangem diversas dimensões do bem estar humano, nomeadamente as necessidades básicas humanas, necessidades económicas, necessidades ambientais e a felicidade subjetiva”.

Estes serviços não beneficiam apenas as populações rurais, mas também a sociedade urbana, devido às várias dinâmicas existentes e às complementaridades ocorridas entre estas duas realidades que cada vez mais se dissolvem.

Os serviços de ecossistemas podem classificar-se em:

- a) Serviços de aprovisionamento ou produção, constituindo bens ou produtos gerados ou aprovisionados pelos ecossistemas. Nesta tipologia estão incluídos produtos que integram as nossas necessidades básicas, tais como os alimentos produzidos na atividade agrícola e pecuária, e mesmo florestal (como cogumelos e frutos silvestres). A floresta disponibiliza também matérias-primas, destacando-se a produção de lenha e madeira, usados pelo homem nas suas atividades quotidianas. Um outro exemplo de produto gerado nas áreas rurais é a água para consumo e utilização humana, a partir das várias nascentes e cursos de água que atravessam estes territórios.
- b) Serviços de regulação, que podem ser entendidos como benefícios obtidos da regulação dos processos de ecossistemas, contribuindo para a saúde do ambiente e sustentabilidade ambiental e económica de uma região. Exemplos são a regularização climática, atingida através das formações de relevo que influenciam diretamente os padrões de temperatura e precipitação, mas também causados pela vegetação e presença de água. O revestimento vegetal do solo é também responsável pelos serviços de regulação de perturbações, mitigando os fenómenos erosivos e contribuindo para a gestão do ciclo da água. Em especial os espaços florestais possuem um elevado contributo para o sequestro do carbono, com efeito na redução de gases com efeito estufa na atmosfera e consequente melhoria da qualidade do ar.
- c) Serviços de suporte, definidos como os serviços necessários para a produção de todos os outros servi-

ços, originando impactos no homem, normalmente de forma indireta e a longo prazo. Neste tipo de serviços inclui-se o papel da vegetação na regulação do ciclo de nutrientes, com impacto direto na qualidade do solo e preservação da sua fertilidade, mas também na produção de matéria orgânica e produção de oxigênio. Outro exemplo de serviços de suporte providenciados pelas áreas rurais é a promoção da biodiversidade, sendo locais caracterizados pela presença de importantes e raras espécies de fauna e flora, assim como de habitats naturais.

- d) Serviços culturais, definidos como benefícios não materiais obtidos dos ecossistemas, sendo normalmente não transacionáveis, mas afetando os estados físico e mental das pessoas. As paisagens rurais apresentam, na grande maioria das vezes, cenários idílicos, que maravilham, inspiram e enriquecem espiritualmente quem as observa e experiencia. Estas são paisagens que possuem um caráter intrínseco, pautado pelos valores históricos, científicos, ecológicos, tradicionais e culturais, que apelam à sua visita, por motivos puramente lúdicos ou cognitivos, constituindo verdadeiros centros de conhecimento.

Todos estes serviços ambientais são fundamentais para a sociedade, para a sua qualidade de vida e sobrevivência, evidenciando a importância de preservar, promover e valorizar as paisagens rurais.

4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DAS PAISAGENS RURAIS

A história da humanidade tem demonstrado que as paisagens se mostram em contínua evolução, sofrendo transformações cada vez mais rápidas e intensas, à medida que se impõem novos papéis e funcionalidades que deem resposta à promoção do bem-estar humano e qualidade de vida ambiental.

Atualmente as paisagens rurais possuem dinâmicas diferentes das originais, apresentando funções distintas das anteriormente exercidas. Porém, e apesar de todas estas transformações, ainda têm conservado a sua essência,

numa relação íntima entre homem e natureza, que deve ser preservada e valorizada. Apesar de serem imprescindíveis na vida humana, estas áreas exibem uma extrema fragilidade, apelando por estratégias específicas e feitas à medida, já que cada paisagem possui a sua própria essência.

Por todo o mundo, têm vindo a ser experienciados mecanismos de valorização das paisagens rurais, visando dotá-las de novas funcionalidades, preservando o seu caráter e revitalizando-as. Estes casos de estudo fornecem importantes pistas do caminho a seguir na demanda da sua valorização e conservação.

Não existe um método simples, único e eficaz para a gestão das paisagens rurais, sendo que cada local apela por uma solução adequada às suas características inerentes e às funções que devem ser valorizadas. Porém, as lições apreendidas com as estratégias testadas permitem estabelecer alguns conceitos que devem fundamentar o processo de valorização das paisagens rurais, e que em seguida se apresentam.

COMPREENDER o que é único

Todas as paisagens detêm um caráter que as torna únicas e autênticas e as diferencia, devendo, nas estratégias de desenvolvimento, procurar-se compreender o que torna estas paisagens singulares e especiais, devendo esta essência ser protegida e valorizada. Para tal, é necessário analisar os recursos existentes, compreender as dinâmicas e avaliar as funcionalidades que poderão apresentar. O exemplo do Alto Douro Vinhateiro, paisagem cultural classificada como Património Mundial da UNESCO constitui um exemplo marcante de como o caráter de uma paisagem pode ser valorizado. Os sistemas de socalcos tradicionais que possibilitaram ao homem a utilização de um terreno acidentado com solos de xisto pouco fecundos, transformando-a numa paisagem com alta produtividade e elevada beleza, constituem uma imagem de marca do nosso país. O reconhecimento desta paisagem rural evolutiva e viva, onde a integridade e autenticidade do sistema cultural ancestral ainda se mantém, constitui uma estratégia de elevado sucesso na promoção desta área.



Figura 1. Paisagem Rural do Alto Douro Vinhateiro. Fotografia de Andreia Quintas.

Promover a MULTIFUNCIONALIDADE

Com a evolução dos territórios, e conseqüentes alterações ocorridas, torna-se essencial a promoção de paisagens que se possam adaptar às novas necessidades que vão surgindo, tornando-se resilientes à mudança e sobrevivendo a tendências sociais, políticas e alterações ambientais.

Impõe-se, assim, a criação de paisagens multifuncionais, englobando uma diversidade de atividades, serviços e funções, aliciando diferentes públicos, o que torna estes locais mais valiosos, atrativos, sustentáveis e resilientes.

Esta funcionalidade poderá encontrar-se no seu papel produtivo (não apenas em qualidade, mas principalmente de qualidade), mas conciliando também outras alternativas, associadas à preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, identidade e património cultural, recreio e turismo, entre outros. As Áreas Protegidas e áreas Rede Natura 2000 constituem locais que detêm um elevado valor natural, muitas vezes motivado pela presença do homem e pela sua relação simbiótica com a natureza. A sua gestão e promoção, baseada numa diversidade de funções, serviços e atividades, atrai turistas e visitantes com diferentes interesses e motivações (desde o simples passeio

contemplativo aos desportos de natureza), o que contribui para a sua valorização e proteção, tanto a nível cultural como natural.

PRESERVAR e REABILITAR

A manutenção das paisagens rurais encontra-se também dependente da conservação dos seus elementos identitários, através da reabilitação e requalificação, criando condições de habitabilidade para as pessoas que nelas habitam, assim como acolhimento para quem as visita.

Nos últimos tempos, tem-se assistido a uma tendência à reabilitação urbana, mas que tem também impacto nas áreas rurais. É essencial existir um processo de reabilitação, tanto do edificado como do espaço público, apostando na conservação de uma paisagem a nível dos aglomerados populacionais e sua envolvente, que preserve um conjunto, garantindo a igualdade de oportunidades de acesso das populações às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções, e que transforme espaços urbanos funcionalmente obsoletos, com funções inovadoras e competitivas.

Existem diversos exemplos de processos de reabilitação urbana e dinamização de centros rurais, tal como as Aldeias



Figura 2. Serra do Marão/Alvão, um Sítio Rede Natura 2000. Fotografia de Andreia Quintas.



Figura 3 - Aldeia histórica de Linhares da Beira. Fotografia de Andreia Quintas.

Históricas, um conjunto de doze aldeias localizadas no centro de Portugal, que sofreram um processo de reabilitação e revitalização, o que gerou um elevado impulso a nível da sua visitação, com consequências e nível social e económico. O

facto de estas aldeias integrarem uma rede incrementa o seu valor, gerando-se sinergias exponenciais que levam à sua divulgação e promoção.

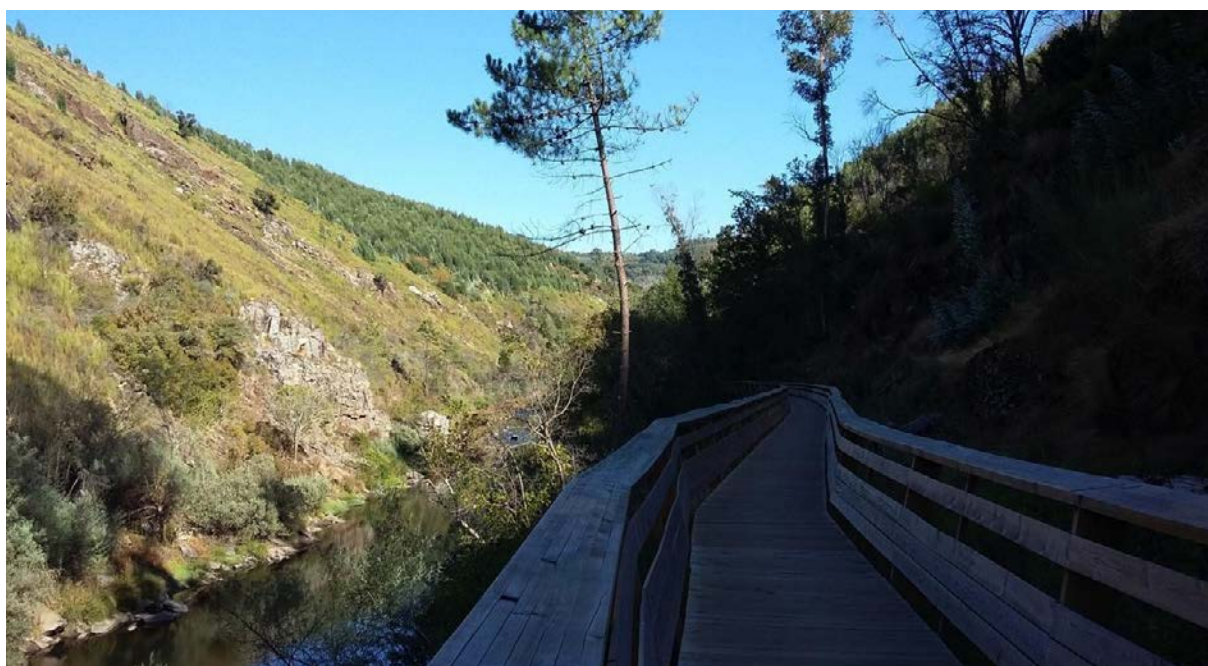


Figura 4. Passadiços do Paiva, em Arouca. Fotografia de Andreia Quintas.

INOVAR sem perder a essência

É necessário encontrar estratégias de revitalização das paisagens rurais, atribuindo-lhes novas funções e novos interesses, mais ajustados às novas realidades e às novas necessidades da sociedade de hoje-em-dia. No entanto, estas alterações têm que preservar os valores inerentes a estas paisagens e proteger as suas dinâmicas naturais e culturais, para que estas não se percam. Exemplos como a introdução de novas culturas agrícolas, tal como o cultivo de plantas aromáticas e medicinais, baseadas na vegetação autóctone e nas técnicas tradicionais de cultivo pode ser uma estratégia inovadora de aproveitar o potencial cultural existente. A nível de produção, é também útil uma aposta em vários produtos tradicionais, aliados tanto à agricultura e pecuária, como a floresta, desde a produção de cogumelos silvestres, agricultura biológica à produção apícola.

Cada vez mais existe uma preocupação da sociedade na procura de produtos com produção ecológica, natural e tradicional, podendo as funções produtivas das áreas rurais apostar em produtos de qualidade e não em fomento de uma produção massificada em quantidade.

O turismo constitui atualmente um dos principais impulsionadores económicos na dinamização destas áreas, com a criação de alojamento, restauração, atividades e serviços cada vez mais diversos e inovadores. O exemplo paradigmático dos Passadiços do Paiva constitui um exemplo de turismo onde se cria um corredor ecológico ao longo do componente fulcral que marca esta paisagem ribeirinha, possibilitando aos visitantes conhecer esta paisagem notável, ao mesmo tempo que sensibiliza para os valores ambientais existentes.

COOPERAR trabalhando em rede

É fundamental criar sinergias e complementaridades com os territórios envolventes, de modo a criar soluções conjuntas de valorização e promoção. Autoridades locais, associações, investidores e população devem trabalhar em conjunto, no sentido de criar soluções articuladas e complementares de desenvolvimento. A criação de parcerias, contemplando os vários atores territoriais constitui um método simples, mas eficaz de articular diferentes formas de pensar na construção de uma estratégia de planeamento

que vá de encontro aos anseios dos vários intervenientes e contribua para um futuro conjunto, mais harmonioso.

A criação de redes de paisagens que partilham especificidades pode ter também bastante interesse, promovendo a sua divulgação conjunta e a criação de pacotes de atividades e interesses. Exemplos como as Aldeias Históricas, as Aldeias de Portugal e a Rota do Romântico são exemplos de valorização conjunta de paisagens rurais que se assumem como um produto turístico único, apostando na sua divulgação, partilha de experiências e sensibilização das populações.

PARTICIPAÇÃO da sociedade e COMUNICAÇÃO à sociedade

É essencial o envolvimento e valorização das paisagens por parte das populações locais, devendo o planeamento e gestão destes territórios ocorrer de acordo com os seus interesses e necessidades, já que constituem os principais criadores e gestores da paisagem.

A sensibilização para a importância dos serviços de ecossistemas prestados pelas paisagens rurais é essencial para que a sociedade reconheça a imprescindibilidade destas áreas, para que as entenda, as preserve e valorize.

A realização de estudos, de modo a gerar conhecimento, com a sua divulgação científica, assim como a realização de conferências, *workshops* e sessões de divulgação, e mesmo a organização de eventos lúdicos, feiras e certames, que ilustrem as tradições e produtos locais, constituem mecanismos eficazes de mostrar o que de mais genuíno ocorre nas paisagens rurais.

O trabalho que tem vindo a ser realizado em Boassas, numa parceria entre uma instituição universitária, entidades locais e associações locais, visando a criação de uma estratégia de reabilitação da aldeia, tem como objetivo produzir conhecimento sobre o local, esboçando estratégias para o seu desenvolvimento, mas trabalhando com a população local. Nesse sentido, a organização de exposições e congressos torna-se uma ferramenta bastante útil para a di-



Figura 5. Ovelhinha, uma Aldeia de Portugal. Fotografia de Andreia Quintas.



Figura 6. Aldeia de Boassas, em Cinfães. Fotografia de Andreia Quintas.

vulgação dos trabalhos encetados, mas também de integração da população neste processo de planeamento de um território que é de todos.

Ter uma VISÃO a longo prazo

Como em todas as estratégias de desenvolvimento territorial, é fundamental ter uma perspetiva global e abrangente de uma área, com o esboçar de uma visão a longo prazo do futuro ambicionado para a paisagem. No caso das paisagens rurais, torna-se mais premente, devido às rápidas mudanças que estão a ocorrer e à necessidade de preservar o património natural e cultural que ainda persiste. Há que ter em consideração as especificidades de cada local, traçar cenários de evolução, e prever comportamentos futuros, de modo a construir um futuro sustentável, sustentado nas suas valências, mas de forma inovadora e atrativa.

Nas estratégias de valorização dos espaços rurais, há que ter a consciência de que é impossível voltar ao passado e retomar

às antigas dinâmicas que regiam estas paisagens. Importa dotá-las de novas e mais valências, preparando-as para o futuro, mantendo sempre uma autenticidade sustentável.

Para tal, deverá existir uma visão a longo prazo, contemplando todo um processo de desenvolvimento que não culmina na implementação de projetos e ações, mas que perdura no tempo, num ciclo onde novas estratégias virão, em resposta a futuros desafios. Há, assim, que garantir que este património de índole natural e cultural que marca o carácter das paisagens rurais seja transmitido às gerações vindouras, para que também possam usufruir de um bem que é genuíno, único e verdadeiro, numa paisagem que forma a base da nossa cultura e essência da nossa sociedade.

“É em nós que as paisagens têm paisagem”. (Fernando Pessoa)



Figura 7. Monte de Santo Adrião, em Castelo de Paiva. Fotografia de Andreia Quintas.

BIBLIOGRAFIA

Andresen, T.; Rebelo, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva*. Volume 2. Estudos de Base. Porto, CCDRN / ESRVR, CIBIO – UP / UTAD.

Antrop, M. (2006). Sustainable landscapes: contradiction, action or utopia? In: *Landscape and Urban Planning*, 75, pp. 187–197.

Cavaco, C. [Coord.] (2015). *Cidades Sustentáveis 2020. Anexo I: Diagnóstico Territorial*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Curado, M.J.; Araújo, I.L.; Quintas, A.V. (2010). Reinterpretation of the traditional systems of landscape management towards a sustainable urban development In: Yildizci, A.; Seçkin, Y.; Güler, G. (Eds.) (2010) *Cultural Landscape – ECLAS 2010 Istanbul Conference Proceedings*. Istanbul, Istanbul Technical University, pp. 451 – 463.

Câmara Municipal de Cinfães (2016). Área de Reabilitação Urbana de Boassas. Câmara Municipal de Cinfães/ Associação por Boassas/ LEP–Universidade Fernando Pessoa.

Conselho da Europa (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. [online] disponível em www.culturante.pt (acedido em setembro 2017).

Fernandes, J.; Chamusca, P.; Bragança, P.; Formigo, N.; Marques, H.; Silva, A. (2016). Aldeias de montanha: os problemas, as perspetivas e as propostas vistos desde as serras da Aboboreira, Marão e Montemuro, no Noroeste de Portugal. In: *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 9 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do território, pp. 113–137.

Honrado, J.; Vieira, C. [Coord.] 2009. *O Património Natural como Factor de Desenvolvimento e Competitividade Territoriais no Baixo Tâmega, o presente e o futuro do património natural dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses*. Porto, FCUP / IPVC / UTAD.

Maes, J; et al. (2016). An indicator framework for assessing ecosystem services in support of the EU Biodiversity Strategy to 2020. *In: Ecosystem Services*, 17, pp. 14–23.

Oliveira, F.; Moreno, G.; López, L.; Cunha, M. (2007). Origem, distribuição e funções dos sistemas agro-florestais. *In: Pastagens e Forragens*, vol. 28, pp. 93–115.

Pereira, A.; Pedrosa, A.S. (2007). Paisagem cultural das montanhas do Noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão. *In: Territorium*, 14, pp. 45 – 61.

Pereira, H. M.; Domingos, T.; Vicente, L.; Proença, V. (Ed.) (2009). *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa, Escolar Editora.

Pinto-Correia, T.; Gustavsson, R.; Pirnat, J. (2006). Bridging the gap between centrally de ned policies and local decisions – Towards more sensitive and creative rural landscape management. *In: Landscape Ecology*, 21, pp. 333–346.

Quintas, A.V.; Alves, M.; Amaral, D.; Amorim, A.; Vieira, L. (2018). Serra do Marão: O futuro na tradição ou a tradição no futuro. In Fidalgo, P. (Coord.) *A Paisagem como Problema: Conhecer Para Proteger, Gerir e Ordenar. VOLUME I 1.º Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem*. Lisboa, Instituto de História Contemporânea da faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TEEB (2008). *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade. Um relatório preliminar*. Cambridge, Banson.

Twarog, S.; Kapoor, P. (2004). *Protecting and Promoting Traditional Knowledge: Systems, National Experiences and International Dimensions*. New York and Geneva, United Nations.

UNEP-WCMC (2011) *Developing ecosystem service indicators: Experiences and lessons learned from sub-global assessments and other initiatives*. Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Montreal, Canada: Technical Series, n.º 58.

URBANET (2016). The world urban population | Infographics. [online] disponível em www.urbanet.info. [acedido em 09/2017].